

DESENVOLVIMENTO LOCAL EM UM CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO

LUCIANA ROSA DE SOUZA¹

ARLETE MARIA DA SILVA ALVES²

Resumo: *O desenvolvimento econômico tem sido uma meta importante de muitas nações. Contemporaneamente se observa uma maior integração entre as nações para a busca do desenvolvimento, em um contexto de globalização e neo-liberalismo, onde tem ocorrido diversas alterações nos âmbitos político, social e econômico e nas relações entre capital e trabalho e Estado e mercado. Estas alterações deram ao capitalismo características que estão no cerne da questão discutida neste artigo, o Desenvolvimento Local, como alternativa de desenvolvimento para áreas periféricas do sistema mundial.*

Este trabalho visa analisar alguns dos processos que contribuíram para o surgimento da teorização sobre o Desenvolvimento Local, quais sejam, a crise do modelo Keynesiano e os problemas sociais agravados após a queda do Estado de Bem - Estar Social, a globalização e o papel da ação local e descentralização administrativa no processo de busca do Desenvolvimento Local com a participação da sociedade civil.

Dentre os fatores que contribuíram para a crise social que levou ao surgimento de novas teorias de desenvolvimento, temos a queda do Estado de Bem - Estar Social e o processo que desembocou no neo-liberalismo e globalização. Foi neste contexto que surgiram novos atores sociais capazes de engendrar o processo de Desenvolvimento Local. Surge, assim, a sociedade civil, composta por entidades que visam o desenvolvimento através de alternativas de cunho sócio-econômico e preservação ambiental. A falência do Estado de Bem - Estar e a crise crescente após o neo-liberalismo e globalização, permitiram que emergissem novos conceitos de desenvolvimento, entre eles o de Desenvolvimento Local.

Abstract: *Economic Development has been an important goal of many nations. Today, a larger integration among nations occurs in the search for Development, in a context of globalization and neo-liberalism, where it has been happening changes in the political, social and economic ambits and in the relations between capital and labor and State and market. These changes gave to capitalism features that are in the center of the issues addressed here, Local Development, as alternative of development to many peripheral areas.*

This paper analysis some of the processes that contributed to the theorization about Local Development, which are, the crisis of the Keynesian model and the social problems worsened after the fall of the Welfare State, the globalization and the role of local action and administrative decentralization in the process of Local Development, with the participation of civil society.

¹Acadêmica do Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: lusouza@alunos.ufu.br

² Professora do Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia. Avenida João Naves de Ávila, 2160, bloco J – Campos Santa Mônica, CEP: 38400-902. E-mail: amalves@ufu.br

Among the factors that contributed to the sharp social crisis that favored new theories of Development, we have the fall of the Welfare State and the process that ended in the globalization and neo-liberalism. It was in this context that new social actors appeared that were capable of engendering the process of Local Development. The civil society appeared, composed by entities that seek the socioeconomic Development through alternative strategies for social change and environmental preservation. The failure of the Welfare State and the crisis intensified in the world after the establishment of neo-liberalism and globalization favored the emergency of new conceptualization about Development, among them the concept of Local Development.

Palavras chave: Crise Social, Desenvolvimento Local, Estado, Sociedade Civil, Globalização.

Key Words: Social Crises, Local Development, State, Civil Society, Globalization.

INTRODUÇÃO

Na história da humanidade a busca por se desenvolver economicamente ou ampliar a riqueza de uma dada região ou povo foi recorrente. E através desta busca se verificou grandes avanços nas sociedades humanas. Durante muito tempo guerras, lutas e a submissão de uma nação à outra foram as formas que as mesmas encontraram para se desenvolverem.

O desenvolvimento era buscado por cada nação, através da exploração de nações mais frágeis. A individualidade das nações era grande e como consequência se criava

barreiras à importação e a livre entrada de imigrantes. Foram épocas onde se viu acentuar a xenofobia, as populações rejeitavam tudo o que viesse de outros povos, inclusive as pessoas.

Neste aspecto a humanidade evoluiu, e, foi verificado, a partir de certo momento da história das nações, uma maior integração entre elas. Tal fato foi de suma importância e a partir deste momento se constatou que as inovações tecnológicas passaram a exercer influência na evolução de diversos países do Mundo. Este período ficou conhecido como

fase concorrencial do capitalismo, e foi durante esta fase que a Revolução Industrial pode propagar suas benesses para alguns países como por exemplo França, Alemanha, Japão e EUA. A maior integração econômica e cultural foi de suma importância para a economia mundial.

E como evolução deste processo, verifica-se contemporaneamente uma outra forma de desenvolvimento, que é a integração econômica, principalmente financeira dos diversos países do Mundo. A esta integração econômica e financeira deu-se o nome de globalização. Este termo trouxe um tema a ser muito discutido sobre como está sendo o processo de integração e quais são os papéis que cada nação desempenha no cenário de globalização.

As inovações tecnológicas e os meios de comunicação, juntamente com a diminuição nos custos dos transportes, com a desregulamentação de diversos mercados e a remoção de controles e barreiras alfandegárias têm facilitado a crescente integração comer-

cial e financeira dos mercados nacionais e a internacionalização dos próprios processos de produção em alguns setores. O que se observa hodiernamente é a continuação de um processo que se iniciou antes da Primeira Guerra Mundial.

Uma das conseqüências deste processo foi o aparecimento de alterações nas relações entre capital e trabalho e entre Estado e mercado. Estas alterações deram ao capitalismo algumas características as quais estão no cerne da questão a ser discutida neste artigo, a questão do desenvolvimento local, como alternativa para o desenvolvimento socioeconômico de várias áreas periféricas do sistema mundial.

Um fator importante a considerar no processo de evolução da globalização e do neoliberalismo, foi o surgimento de novas teorias políticas a respeito da gestão do Estado. O Estado deixa de despontar como força motriz do processo de desenvolvimento. Com o surgimento da teoria neoliberal a qual colocou o Estado como preservador da

propriedade privada apenas, o Estado deixou de exercer um papel que lhe era atribuído até então, qual seja, o papel de gestor do desenvolvimento.

Neste contexto, surgem novos atores no cenário político e econômico, os quais irão buscar uma maior participação nas comunidades. Eles tentam suprir deficiências do Estado em atuar nos âmbitos social, econômico, político e de preservação ao meio ambiente.

Esses novos atores formam a sociedade civil, a qual é composta por organizações não-governamentais (ONG's), sindicatos, igrejas, maçonaria, universidades, prefeituras e outras entidades. O objetivo central destas entidades é a busca por um desenvolvimento socioeconômico adequado, através de alternativas de geração de emprego e renda e outras ações de cunho social, cultural e político, além da preservação do meio ambiente.

Pode-se então pensar em alternativas para o desenvolvimento que levem em con-

sideração o local, incluindo entre outros elementos importantes, a ação local e a descentralização administrativa. Pois, para se desenvolver economicamente e socialmente um dado local há que se ter uma administração baseada no âmbito deste. É importante também que esta administração leve em consideração as especificidades culturais, institucionais, sociais e ambientais do local e a participação da sociedade civil, praticando a ação local e a descentralização administrativa.

Este tipo de desenvolvimento deverá levar em consideração, além do fator econômico, o social, a cultura e a política dentro do âmbito local. Deverá também estar aliado na participação maciça da sociedade civil organizada e das comunidades envolvidas, através da criação de programas de integração social, econômica, ambiental e institucional.

O local aqui entendido não se refere ao tamanho, mas abarca o conjunto de relações que existem em um determinado ambi-

ente territorial, seja ele uma microrregião ou uma cidade, considerando as heterogeneidades e especificidades deste território. Considera os atores sociais e institucionais desta localidade, com seus problemas e potencialidades econômicas, sociais, ambientais e institucionais. Considera também as suas possibilidades de atuação nestas áreas para sua transformação e adaptação às necessidades de desenvolvimento contemporâneas, tendo em vista, as necessidades das populações daquelas comunidades e as condições apresentadas nesta fase de desenvolvimento do capitalismo.

MATERIAL E MÉTODO

Este trabalho visa estudar uma alternativa de desenvolvimento socioeconômico que leve em consideração algumas das transformações ocorridas no sistema capitalista no passado recente. Estuda também a ação da sociedade civil como resposta àquelas transformações e às necessidades contempo-

râneas de desenvolvimento em áreas periféricas daquele sistema.

O texto aqui exposto tem como base metodológica a leitura de trabalhos escritos sobre o assunto em periódicos, livros e através de uma pesquisa feita na internet em web-sites e endereços eletrônicos, e a análise crítica dos mesmos.

O desenvolvimento do texto operar-se-á através de tópicos os quais procurarão abordar alguns dos principais motivos para se pensar em estratégias de desenvolvimento local. Esses tópicos serão desenvolvidos na seção de resultados e discussão- da seguinte forma: o primeiro tópico aborda a crise do modelo de acumulação keynesiano e sua relação com os problemas sociais agravados após a queda do Welfare State. O segundo estuda a globalização em seus impactos sobre as sociedades em que este processo pese, e o porquê de se pensar em desenvolvimento local em um contexto de globalização. O terceiro tópico analisa o papel da ação local, e da descentralização administrativa ressal-

tando a importância da sociedade civil no processo de busca pelo desenvolvimento local. A última seção - a conclusão, irá tecer algumas considerações sobre a importância de se pensar em desenvolvimento local na realidade concreta do capitalismo contemporâneo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1) A crise do Modelo Keynesiano e a perda do Estado de Bem-Estar Social

As crises são em geral um fomento para que as pessoas questionem a forma como está se processando o desenvolvimento político e econômico da sociedade em que elas vivem. A crise de 1929 por exemplo fez com que se pensasse em novos modelos de desenvolvimento. Surgem a partir de década de 1940 teorias desenvolvimentistas que buscavam uma solução para a crise pós Segunda Guerra Mundial. Neste sentido, a reconstrução dos países que sofreram mais

profundamente as influências da guerra foi de suma importância para outros países do Terceiro Mundo, pois, lançou as bases para uma 'nova' perspectiva de desenvolvimento.

Esta experiência de reconstrução mostrou uma estratégia de desenvolvimento que era viável em um momento especial de reconstrução, mas requeria um mentor para efetuar-la. O Estado assumiu nos países europeus a responsabilidade pela reconstrução, já que nenhuma burguesia nacional teria condições de fazê-la. Este fator foi importante para as estratégias de desenvolvimento formuladas a partir de então no capitalismo, pois outros países mantiveram suas políticas baseadas no Estado como mentor do desenvolvimento.

Esta realidade mudou nos últimos anos. Dentro do processo que desembocou no que modernamente se chama globalização, verificou-se o esgotamento das teorias em que o Estado aparecia como alicerce do desenvolvimento. É importante destacar aqui a perda de importância destas teorias desde a

“impotência comprovada ” do Welfare State – estado de “Bem-Estar Social. E quem guia hoje, os caminhos das nações ao desenvolvimento, por trás do termo “globalização”, é o mercado, o qual quase nunca leva em consideração as questões sociais locais.

Alguns acontecimentos ocorridos após a Segunda Guerra Mundial contribuíram para se chegasse a este ponto do desenvolvimento capitalista. Finda a Segunda Guerra, o Mundo estava dividido em pólos. Esse momento do capitalismo ficou conhecido por Guerra Fria, que representou uma luta ideológica e política entre o mundo Ocidental dito capitalista, representando as forças de mercado e o mundo Oriental dito ‘socialista’, representando uma economia planificada e gerida pelo Estado.

Tal luta ideológica foi muito importante, pois foi um substrato para que surgisse no mundo capitalista o Estado de bem-estar social ou Welfare State, o qual teve seu funcionamento vinculado à necessidade de diminuir as diferenças sociais presentes no

capitalismo. Essa fase do desenvolvimento capitalista corresponde a uma época em que o Estado passa a ser responsável pelas questões sociais. O Estado passa a ser um provedor do desenvolvimento através de seus investimentos em saúde, educação, segurança pública e várias outras áreas, onde o governo pudesse gerar empregos e renda, facultando ao capitalismo o crescimento econômico. Este aspecto de desenvolvimento foi reflexo da teoria keynesiana³, que apesar de ter sua origem no período entre-guerras, continuava tendo muita força no pós Segunda Guerra.

Keynes alçara o Estado como investidor da economia, e este intervinha através dos orçamentos governamentais sempre que o processo de mercado levasse a subemprego e deflação. Com os investimentos, o próprio governo produzia aumento de demanda, evitando assim a crise de crescimento. Poste-

³ Esta citação refere-se aos adeptos da teoria de John Maynard Keynes, economista inglês que desenvolveu uma teoria econômica para os países suplantarem a crise do período entre-guerras. (SZMRECSÁNYI, 1978)

riormente, com o aquecimento da economia, o déficit público gerado pelos investimentos do governo era compensado através do aumento das receitas tributárias, o que evitaria o excesso de consumo e a inflação (Martin,1998).

Este esquema desenvolvido por Keynes funcionou até que o sistema fordista ⁴ de produção e consumo tivesse condições de crescimento sem ocasionar crises sistêmicas, ou seja até o esgotamento do sistema fordista de produção. Por isso é que alguns teóricos a chamam de crise do fordismo-keynesianismo.

No entanto, este esquema de desenvolvimento passou a conhecer maiores dificuldades a partir de 1973 devido à crise do petróleo. O petróleo que foi o ente mais importante do crescimento econômico deste período, passou a sofrer aumentos sucessi-

vos devido à ação do cartel montado pela organização dos países produtores de petróleo (OPEP). Tal fato contribuiu para colocar em crise as nações do mundo que tinham seu padrão de consumo baseado no petróleo (o sistema fordista de produção mantinha sua economia baseada no petróleo) .

Os governos já não mais conseguiam controlar o déficit público e a inflação. Mas como as crises são o fomento para que se gere novas teorias econômicas, os conservadores, grupo de políticos e intelectuais que não eram teoricamente afins com o modelo do Estado de bem-estar, após suas vitórias eleitorais na Grã-Bretanha em 1979 e de nos EUA em 1980, levantaram dogmas de políticas econômicas totalmente contrárias às então vigentes. Como lema de suas políticas surge o chamado neoliberalismo.

O Estado deveria agora se limitar ao papel preservador da ordem política e econômica, ou seja imperaria o Estado mínimo. E o mercado deveria agir com sua “mão invisível” sem interferência estatal. Com isso

⁴ O fordismo foi o paradigma de administração das empresas responsável pela “produção em massa”. Iniciou-se nos EUA em 1914, com Henri Ford na tentativa de ampliar a produção de automóveis através da ampliação de sua demanda (Moraes Neto,1989).

entra em crise o modelo keynesiano de desenvolvimento econômico. O neoliberalismo surge como a via única capaz de gerar desenvolvimento econômico. As palavras: desregulamentação, liberalização e privatização passaram a ser instrumentos estratégicos da política econômica de vários países do mundo. O Estado não mais poderia se encarregar da prática do bem-estar social.

Ao mesmo tempo que a luta ideológica - guerra fria - foi importante para o surgimento do Welfare State, a queda do socialismo na União Soviética, foi de suma importância para a crise do Estado de bem-estar social. A derrocada do socialismo evidenciou a supremacia econômica das nações ocidentais (Fiori, 1999), fazendo com que as preocupações das nações capitalistas com as questões sociais fossem relegadas a perder importância no âmbito político.

Outro aspecto a ser ressaltado é o fato de que nos países do Terceiro Mundo ou “em desenvolvimento” as alternativas para o desenvolvimento terem se esgotado antes

mesmo de terem prevalecido enquanto prática econômica. O fato de se ter verificado o esgotamento do Estado de bem-estar social nas economias dos países centrais do capitalismo, levou a que a periferia do sistema o esgotasse antes mesmo que sua prática fosse concretizada. Já que nestes países não houve nem sequer a consolidação ou mesmo a prevalência do modelo fordista de acumulação. Menos ainda a vigência plena do Estado de bem-estar social. O fato é que o Estado em algumas economias do Mundo em desenvolvimento aparecia como provedor do desenvolvimento não por se estar tratando de um Estado de bem-estar social, mas, sim de se estar em uma situação na qual a classe social dominante era incapaz de prover por si mesma o desenvolvimento. Um exemplo deste Estado foi, no caso do Brasil, onde o governo se tornou o responsável pela criação de empresas estatais de infra-estrutura (são empresas de geração e transmissão de energia elétrica, de comunicação, de prospecção e refinamento de petróleo, entre outras) para

as indústrias de bens de consumo e de bens de capital, que produzem as máquinas utilizadas no processo produtivo.

Podemos argumentar que mesmo não participando veementemente das evoluções do capitalismo nas nações centrais, os países em desenvolvimento sofreram as consequências do enfraquecimento do Estado de bem-estar ocorrido naqueles países. E sendo assim, os países em desenvolvimento assimilaram a teoria que surgiu nos países centrais com o esgotamento do Estado de bem-estar social, o neoliberalismo. E passaram a praticá-la como sendo o caminho das pedras para se alcançar o desenvolvimento. Como consequência deste processo, o mundo capitalista, principalmente o dito em desenvolvimento, passou a conhecer problemas sociais graves. Foram verificadas a partir de então, desemprego e perdas sociais. O setor da economia referente ao trabalho foi o mais afetado por esta política neoliberal. Desregulamentação e ganhos de produtividade obtidos através da utilização de novas

tecnologias, fizeram com que se aumentasse em muitos países os índices de desemprego.

Mas a política neoliberal até agora não se sensibilizou para com as questões sociais, as quais estão na ordem do dia para vários países do Mundo. E como na crise surgem novas concepções para o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social aparece como uma tentativa de conter a crise e socializar o desenvolvimento. A seguir, analisaremos o processo que desembocou nos problemas sociais devido a queda do Estado de bem-estar social, que a nosso ver justificam a busca de estratégias alternativas de desenvolvimento.

1.1) A questão social após a queda do Welfare State

A incapacidade do Welfare State em promover um desenvolvimento socioeconômico a partir da década de 70 e a crise do modelo Keynesiano e fordista, levou a que surgisse no capitalismo um modelo de ges-

tão da produção que nos parece mais excludente ainda. Esse modelo foi iniciado no Japão em 1973⁵ e propagou-se pelo mundo, através dos meios de comunicação e informação (Terceira Revolução Industrial). O paradigma japonês de gestão da produção, chamado de pós-fordismo ou produção flexível (Albuquerque,1998) foi um precursor do que hodiernamente se chama de globalização.

Um aspecto importante para a afirmação do pós-fordismo para o mundo foram os avanços obtidos nos meios de transmissão das informações. Evoluções nos meios de informação, através de computadores, abriram espaço para que se pudesse criar um sistema de gestão da produção que buscasse superar a crise da “era fordista”. E ao se “globalizar”, altera-se a forma de produção através do paradigma pós-fordista.

O paradigma de produção flexível destaca o interesse na produção diversificada e de qualidade de acordo com os diferentes segmentos (ou nichos) de mercado, identificados em uma demanda bem segmentada e em constante evolução (Hirata,1993). Tal característica não era vislumbrada pelo paradigma fordista de produção, pois, ao se produzir “em massa” os produtos, não se têm meios de atender a uma demanda mais diversificada.

No paradigma pós-fordista busca-se maior integração entre as empresas para se poder obter ganhos de produtividade. Busca-se também um trabalhador multifuncional capaz de operar máquinas de alta resolução e microcomputadores, trabalhadores capazes de resolver os problemas da empresa desde questões administrativas até questões da linha de produção. O trabalhador têm que ser globalizado, e têm que ser multifuncional. Desta forma, o pós - fordismo têm globalizado hodiernamente o desemprego. Somente na indústria alemã em três anos, de 1991 à

⁵ Existe controvérsia sobre a data de surgimento do paradigma japonês de administração das empresas. Para alguns autores a data de início do pós-fordismo foi 1973.

1994, foram perdidos mais de um milhão de empregos.⁶ Se isso acontece na Alemanha que é um país central do capitalismo, imagine o que já aconteceu e está acontecendo nos países da periferia do capitalismo? Basta analisar a questão do desemprego no Brasil, segundo dados do IBGE, a taxa média de desemprego aberto subiu de 5,5% em 1994 para 8,3% em 1998⁷.

Além do desemprego, é facilmente verificável a precarização do trabalho e perdas nas conquistas trabalhistas obtidas durante a vigência do Estado de bem-estar social. Os trabalhadores passam a ser multifuncionais, acumulando tarefas e facilitando a demissão em massa ou downsizing, ao mesmo tempo em que perdem direitos adquiridos anteriormente e trabalham em situações mais precárias.

Além do desemprego, uma outra questão importante a ser destacada é a integração

financeira do mundo. Esta integração levou vários países a praticarem políticas que beneficiaram o capital financeiro em detrimento do capital produtivo, criando crises agudas em alguns deles, principalmente nos ditos 'em desenvolvimento'.

Há um crescimento do capital financeiro em detrimento do capital industrial. O mercado financeiro está cada vez mais recebendo investimentos. Devido a estas alterações nos investimentos, nesta "nova etapa" do capitalismo, verificou-se um maior desdém para com as questões sociais e uma grande preocupação com o capital financeiro, ou fictício, como denominou Marx. É freqüente os países aumentarem suas taxas de juros para que o capital financeiro seja atraído pela maior remuneração. Ao fazer isto, muitos países massacram sua população, aumentam o desemprego e levam indústrias nacionais à falência. Mas, o importante é que se amplie a entrada de capitais financeiros nas bolsas de valores. E assim, se torna aguda a exclusão social.

⁶ Segundo dados do Departamento Federal Alemão de Trabalho, citado pôr Die Zeit (jornal alemão) em 24/11/1995.(Martin,1998)

⁷ Dados disponíveis no site: <http://www.ipea.gov.br/>
Acesso em: 20/07/2000.

E o grande problema do momento atual é que não há políticas de apoio e amparo às questões sociais que foram perdidas em detrimento do radicalismo neoliberal e das prerrogativas da globalização. Isso levou a que se propagasse fortemente a violência em vários países do mundo, mas, principalmente, nas áreas periféricas. O Brasil é um exemplo. Desemprego, miséria e falta de perspectiva contribuem em muito para que se possa observar as chacinas brasileiras, os presídios superlotados, o tráfico de drogas e todas as formas de violência, inclusive a corrupção política que não deixa de ser uma forma de violência para com a população do país. E o que se têm feito no Brasil para alterar esta situação? E o mundo, como têm assistido a esta violência que não poupa nem mesmo os países centrais?

Os meios de comunicação têm até noticiado o ressurgimento de práticas racistas, neo-nazistas nos países centrais do capitalismo (os desenvolvidos), onde se têm verificado a aversão cada vez maior a latinos e

negros que vão para estes países em busca de emprego e melhores perspectivas de vida. A Alemanha surge no cenário mundial como matriz deste tipo de segregação. Mas, não só a Alemanha, outros países da Europa e os EUA têm sido fonte geradora destas teorias racistas.

Como resultado destas aversões aos não europeus, têm se observado o aumento de políticas visando a restrição à imigração. Por exemplo, nos EUA já existe o muro Mexicano, onde a polícia norte-americana evita a entrada de imigrantes ilegais no país. Como pode ser percebido tudo é “globalizável”. Principalmente a exclusão. E pode até ser percebido que houve um certo retrocesso nas relações sociais, principalmente no que concerne a questão trabalhista.

E como ficará o local dentro deste contexto? Será que se pode pensar em desenvolvimento econômico e social local, mesmo sabendo que existe o imperativo exterior do global?

2) A perspectiva de desenvolvimento local em um contexto de globalização

O termo globalização têm figurado no cenário mundial com muita veemência. O tema é abordado por muitos, mas são poucos os que o compreendem em si.

Este termo ‘ globalização’ se refere às transformações ocorridas nos últimos anos do século XX, que levaram a que se verificasse um Mundo interligado através dos meios de comunicação, transportes , tecnologia e produção. Os processos produtivos estão cada vez mais ligados, principalmente nas grandes empresas multinacionais que possuem plantas em diferentes países. E esta integração obtida através dos avanços alcançados nos meios de comunicação levou a que se pudesse criar uma certa facilidade nos capitais financeiros em circularem pelo Mundo.

No entanto, este processo de integração global têm trazido poucos benefícios a alguns países do mundo, principalmente aos

países periféricos. Os benefícios estão mais relacionados com a dispersão do conhecimento através de uma maior socialização das novas tecnologias em áreas como informática, genética, comunicação e informação, além de áreas como a robótica. Mas em contrapartida podemos dizer que as nações não estão em igualdade de condições para adquirir este conhecimento e competir no mercado global. Muitos foram os casos de aumento do desemprego nos países devido a busca de uma melhor inserção competitiva no mercado global.

O processo de globalização têm deixado basicamente cada nação desempenhando uma determinada função, sem grandes modificações nos sistemas anteriores de centro x periferia. Naquele sistema, cada grupo de nações, centrais e periféricas, tinha funções específicas a cumprir na economia internacional. A periferia do sistema desempenha a função de fornecedora de matérias - primas e os países centrais, detinham a produção da tecnologia e processos produtivos

mais avançados. Na globalização vê-se mantido o *status quo* entre nações.

Outra questão a ser ressaltada no processo de globalização foi o aumento crescente do setor financeiro da economia. Segundo Arrighi (1996), assistimos à “financeirização” da economia ou dolarização da economia, que é para o capitalismo um novo ciclo longo de financeirização do capital. Ou seja, assistimos a derrocada de um processo cujo destino final foi a integração, mas do mercado financeiro e não da economia como um todo.

A aceleração do processo de “financeirização” adquiriu novas dimensões a partir de 1985, e vêm sendo acompanhado, por crises cada vez mais frequentes e com influências cada vez mais devastadoras sobre as economias da periferia. De tal maneira que alguns analistas estão deixando de acreditar na infalibilidade do capitalismo, dando margens para se pensar que a competição intercapitalista em mercados desregulamentados e globalizados não têm assegurado o

desenvolvimento, nem ao menos a convergência entre as economias nacionais do centro e da periferia do sistema capitalista (Fiori, 1999).

O equilíbrio entre poder financeiro e o poder do Estado sob o capitalismo sempre fora delicado, mas, após o colapso do fordismo-keynesianismo o prato da balança pesou para o fortalecimento do capital financeiro (Harvey, 1994). Isso significa que o setor produtivo está perdendo investimentos, enquanto, o setor financeiro está sendo beneficiado. Tal afirmação indica que houve um retrocesso na produção, o que leva ao aumento do desemprego, da miséria e exclusão social. Isso acirra as crises sociais e contribui para o aumento da impotência do Estado, pois, reduz-se a arrecadação de impostos, já que não existe taxação aos investimentos realizados no mercado financeiro.

Uma maneira de se tentar desativar a crise no setor produtivo é acabar com a dicotomia local e o restante do mundo – o global. Hodiernamente se observa um claro

desdém com relação ao local. Entretanto, há um novo meio de se pensar o desenvolvimento socioeconômico através do fim desta dicotomia e da compreensão de que o desenvolvimento local trará novas nuances para o desenvolvimento 'global'.

O fim da dicotomia local x global pode ser obtido através da valorização do ambiente local, a fim de que se tenha condições para desenvolvê-lo economicamente. E é até mesmo um meio para que se torne 'globalizada' não a pobreza, mas, o desenvolvimento, através de novas formas de geração de emprego e renda e de desenvolvimento social que considere também a preservação do meio ambiente. Isso poderá favorecer estratégias de desenvolvimento sustentável⁸, sem que se gere como ocorreu há algum tempo na Europa, um nacionalismo exacerbado, vide nazismo e fascismo.

⁸ De acordo com a WCED- Comissão Mundial para o Meio Ambiente - o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as futuras gerações em satisfazer suas necessidades.

O local passa a ser signo do global, pois, ele reflete as principais mudanças que ocorrem no global (SANTOS, s/d.). Por um lado, o local assume as benesses da globalização, mas, em contrapartida o local assume também suas fragilidades. No entanto, os movimentos mais profundos que ocorrem em âmbito global são assimilados pelo local, sejam eles bons ou não. O local não conseguiu ainda evitar os vínculos negativos criados pela globalização.

Podemos dizer que se existem áreas no mundo que são ricas e prósperas; existem também áreas que foram relegadas à fome e a miséria. Partindo do princípio de que o local é signo do global, conclui-se que tal como a prosperidade, a miséria faz parte do processo de globalização. A dicotomia negativa do processo existe, e urge que se pense em como alterar esta dicotomia.

O desenvolvimento local busca levar em consideração as especificidades de cada população e de cada região em que ele possa vir acontecer (Coelho,1995). O que pro-

pulsionará uma relevante questão é se considerar o ser humano como capaz de gerar um desenvolvimento não apenas sócio-econômico, mas, também moral, pois, ele irá ser o sujeito do processo de desenvolvimento. É importante que este processo favoreça a busca por dignidade e respeito para este ser humano, perante a sociedade local a princípio e posteriormente a global, já que o local é o signo do global.

Além da importância do desenvolvimento local para a própria localidade e sua população, é importante se pensar também em como vincular o processo de desenvolvimento econômico local com a globalização. O processo deverá acontecer de tal forma que os problemas, necessidades e potencialidades de uma localidade sejam trabalhados, mas dentro do contexto global, possibilitando um meio para se considerar questões importantes do desenvolvimento nos níveis nacional, local, regional e global.

3) O papel da ação local e descentralização administrativa no processo de Desenvolvimento Local

O desenvolvimento local teve como molas propulsoras para se desenvolver, dentre outros fatores: a falta de desenvolvimento real para muitas áreas periféricas do mundo, o surgimento no cenário mundial de novos atores sociais, as perdas de importância das teorias desenvolvimentistas, assim como a queda do estado de bem-estar, pois, foi deixado uma grande lacuna contendo problemas sociais a serem resolvidos.

O desenvolvimento local surge como uma resposta conjuntural à crise econômica e administrativa (Crespo,1998) de vários países. Esta crise teve seu auge com a falência do Estado de bem-estar social, a queda do Keynesianismo e com a derrocada do socialismo, em que se viu o esgotamento das teorias de desenvolvimento social, que colocavam o Estado como propulsor e gestor do desenvolvimento.

Com a falta do Estado para promover o desenvolvimento e as iniciativas privadas visando muito mais investir em aplicações financeiras do que em aplicações produtivas, surge o desenvolvimento local. O desenvolvimento local emergiu em um contexto de crise e conta com novos atores sociais para buscar vencer tais crises.

Podemos considerar que surge no contexto de globalização condições políticas para se implementar a descentralização administrativa e a ação local. Dentro da perspectiva de construção de uma concepção de desenvolvimento que venha a atender às necessidades econômicas, sociais, políticas e institucionais de comunidades em seus diferentes níveis. Essa concepção de desenvolvimento deve incluir em sua estrutura mecanismos de participação de vários atores sociais daquelas comunidades que visem criar estratégias alternativas de desenvolvimento e de preservação do meio ambiente.

Foi dentro do contexto de globalização que se criam as bases para observar e ressal-

tar a importância do local, *locus*.⁹ . O local passa a ter importância principalmente quando se percebe pela análise de dados internacionais (acerca do aumento da exclusão social em decorrência do aumento do desemprego) que são poucas as alternativas para o desenvolvimento em várias regiões do mundo, inclusive para o Brasil. O que se vislumbra é a incapacidade do processo de integração global em ser socializado às regiões e áreas que não se desenvolveram.

Entretanto, o que é o local e quais são suas formas de integração no contexto global? PARENTE e ZAPATA (1998) o definem como "um entorno econômico-sócio-territorial...onde, aproveitando-se as vantagens competitivas..., busca-se...construir as múltiplas dimensões do desenvolvimento integrado (social, político, ambiental, cultural, tecnológico e institucional)".

⁹ Local (ALBUQUERQUE, 1998) não se refere apenas a um pequeno espaço delimitado geograficamente, mas, sim refere-se a um espaço geográfico delimitado culturalmente e socialmente oferece alternativas para o desenvolvimento através das especificidades e heterogeneidade deste local referido.

E ainda, não se trata de entender o local apenas como um "espaço", mas conforme as mesmas autoras, na mesma obra, um "processo, onde se valoriza sobretudo o endógeno" através das ações das comunidades locais, ou seja, através da ação local.

Mas a política neoliberal têm se mostrado incapaz de socializar o desenvolvimento . Ao contrário, têm se percebido que nações onde prevalecem políticas neoliberais (principalmente nos países em desenvolvimento), há um agravamento dos problemas sociais.

No caso do Brasil em particular, percebe-se claramente que a ação das forças de mercado trouxeram malefícios às populações. Um dado que pode exemplificar tal conclusão é o aumento do desemprego no país e conseqüente aumento da exclusão social verificado a partir de 1990, quando se verificou a abertura comercial e financeira do país ao exterior. Em novembro de 1990 o número de pessoal ocupado na produção da

indústria no Brasil era de 100,065 mil pessoas, em junho de 2000 o número da população ocupada na produção industrial foi de 58,04 mil pessoas¹⁰. A redução foi muito grande. Estes dados mostram o quanto têm reduzido os volumes de pessoas empregadas no setor industrial .

Dentre as alternativas buscadas para solução das crises sociais enfrentadas nesta etapa do capitalismo, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, propôs a Agenda XXI. A agenda XXI é um documento que possui uma série de acordos firmados entre os países participantes da Conferência sobre meios para se engendrar o desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentado e sustentável.

O texto da agenda XXI contempla o desenvolvimento local e a descentralização

¹⁰ Dados coletados em 20/07/2000 no site: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll>

administrativa, através da criação de agendas municipais ou regionais de desenvolvimento.

Os aspectos relacionados ao desenvolvimento local, através da eliminação da pobreza, do desemprego, da consideração às questões ambientais, como por exemplo uma política de gestão dos recursos Hídricos, foram contemplados na agenda XXI. Vários países do mundo já criaram suas agendas locais entre eles. Assim como várias cidades brasileiras por exemplo Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Santos, entre outras, já criaram também suas agendas locais.

O desenvolvimento local sustentável contemplado pela agenda XXI, pressupõe o envolvimento de toda a sociedade em seu planejamento e execução, tendo representação efetiva, em que não se privilegia determinados setores em detrimento de outros. Conta ainda com a participação cada vez mais ativa das ONG's e outras associações civis e públicas.

O desenvolvimento econômico local é visto como um processo de articulação, co-

ordenação e inserção dos empreendimentos empresariais associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais, a uma nova dinâmica de reconstrução do tecido social e de geração de oportunidades de emprego e renda (Baroni, s/d). Mas todo esse processo basear-se-á em uma forma de gestão pública, a partir dos municípios, contando também com a presença do gestor social, o que corresponde à ação da sociedade civil organizada.

Dentro do processo de desenvolvimento local não deve haver uma desvinculação entre o Estado e a sociedade civil organizada. Ao Estado cabe dar estímulo às iniciativas locais de desenvolvimento, já que a descentralização, longe de desobrigar o Estado de suas responsabilidades, geralmente as põe em evidência (Albuquerque, 1998).

Um elemento básico das iniciativas de desenvolvimento local é a coordenação dos diversos agentes públicos e privados que atuam em determinada área, para que se possa, a partir dessa coordenação, se desenvol-

ver economicamente, socialmente e ambientalmente as comunidades que articularam a ação local. Coloca-se uma questão muito importante a partir de então, que é o motivo para se desenvolver localmente.

3.1) Por que se desenvolver localmente?

O desenvolvimento local surge em um momento de crise e como já foi dito, os momentos de crise no capitalismo levaram a que se buscasse alternativas para o desenvolvimento.

Existem várias razões para a busca do desenvolvimento local. Muitas delas já comprovadas empiricamente, como por exemplo a necessidade imperiosa de se socializar o desenvolvimento para uma maior parte da sociedade.

Vamos enumerar as razões para que se busque o desenvolvimento local baseadas no texto de Brito, L. 1999:

i) Razões econômicas: o desenvolvimento local oferece uma alterna-

tiva de reação à crise econômica (estrutural e durável) dos países industrializados e em processo de decomposição e de recomposição dos sistemas produtivos. O nível local aparece como lugar de regulação de disfunções, propiciando interação entre tecnologia, cultura e economia. E é no ambiente local que se pode vislumbrar as especificidades na criação de processos produtivos diferenciados e na cultura desta população.

As crises econômicas têm sua origem nos países centrais ou industrializados, e desencadeiam assim uma série de problemas que irão afetar diretamente as economias mais frágeis. Ao se buscar o desenvolvimento local, ter-se-á meios para regular a crise que for exógena, advinda dos países desenvolvidos. O recorte local, ao considerar heterogeneidades e especificidades pode trazer uma alternativa à crise iniciada nos países centrais.

ii) Razões institucionais: decorre das mudanças institucionais induzidas pela descentralização política do Estado. Novas

instituições com novos comportamentos irão ser de vital importância para que se ponha em prática o desenvolvimento local. Sendo assim, é possível se pensar em um novo arranjo institucional dentro do processo de descentralização administrativa.

Mudanças institucionais são de suma importância em sociedades que já convivem a tanto tempo com instituições que a cada dia mais vem perdendo força. As mudanças institucionais induzidas pela descentralização administrativa irão vicejar uma nova forma de se conceber e aplicar o termo “democracia”, até agora não vigente em sua plenitude em vários países do Mundo.

iii) Razões sociais: é mais acessível se conhecer os problemas socioculturais no local do que no global. As especificidades sociais e culturais são mais facilmente reconhecidas no âmbito do local. As soluções para esses problemas serão muito mais fáceis de serem encontradas no local, já que é neste que eles se encontram.

O desenvolvimento local permite uma forma de desenvolvimento econômico aliado ao social, visto que, no local pode-se privilegiar as especificidades culturais, políticas, sociais, econômicas e ambientais.

Uma outra razão muito importante e pouco citada para se pensar em desenvolvimento local é a expansão do Terceiro Setor¹¹, que é um fenômeno verificado em várias economias ocidentais. Segundo dados presentes (Crespo, 1998) somente nos EUA há 1,2 milhão de organizações civis sem fins lucrativos ou organizações de serviços, empregando 10% da força de trabalho remunerada do país, o que alcança uma magnitude que lhe daria uma colocação de sétima economia mundial.

O Terceiro Setor é de grande importância para a prática da descentralização administrativa. Ele é composto pela sociedade civil, onde se congregam forças de atores

¹¹ Terceiro setor pode ser definido como organizações que se caracterizam pela não lucratividade como finalidade, que constroem estratégias centradas na busca de melhorias para a comunidade como um todo (Crespo, 1998).

sociais que visam uma participação ativa no processo de busca pelo desenvolvimento local de uma determinada área. O crescimento do Terceiro Setor nos mostra que existe um alicerce forte para que se possa implementar a descentralização administrativa com o intuito de se levar a um desenvolvimento local economicamente e ambientalmente sustentável.

CONCLUSÃO

Podemos concluir que antes de se adotar uma nova estratégia de desenvolvimento, deve-se questionar se a forma de desenvolvimento adotada no passado têm levado a uma maior socialização da renda e dos direitos econômicos, sociais e políticos às diversas populações do mundo e não apenas em determinadas áreas. Mas tal questionamento não deve apenas ser feito em momentos de crise, mas também, nos momentos de prosperidade. Hodiernamente, estamos vivendo uma crise nas relações sociais, econômicas e

políticas. E é em decorrência desta crise que o desenvolvimento econômico local têm ganhado adeptos e têm despontado como alternativa a esta.

O contexto de globalização faculta que se questione o processo de inserção global em seus aspectos de benefício às comunidades locais em que tal processo venha a acontecer.

É importante ressaltar que com a redução das discussões oficiais sobre o desenvolvimento e com a ‘globalização’ figurando como alternativa ímpar a este, poucas são as propostas apresentadas para se tentar vencer a crise. Mas um contexto de crise das teorias de desenvolvimento e a emergência do neoliberalismo, com sua insensibilidade para com as questões sociais, fez com que se pensasse em alternativas para se alcançar o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

O desenvolvimento local assume assim uma posição de alternativa à crise, seja ela econômica, seja ela política, seja ela ambien-

tal. Portanto, o desenvolvimento local procura congregar em uma análise mais completa todas estas crises e busca meios para vencê-las.

Em suma, o desenvolvimento local, unido a ação local da sociedade civil e a descentralização administrativa é, acima de tudo, um exercício de cidadania e por isso não é um processo estático, mas um processo permanente de construção e conquistas. Representa novas formas de se apresentar políticas públicas, baseando-se na horizontalidade setorial e espacial e no processo de planejamento e gestão, tendo como princípios norteadores a participação comunitária (sociedade civil) em um processo de construção social de “baixo para cima”.

O poder público não deixa de ser responsável por promover o desenvolvimento, mas, ele deixa de ser o responsável exclusivo, passando a compartilhar poder e responsabilidades com a sociedade civil. O que facultará um exercício maior da cidadania e

poderá evitar abusos de poder pelos governantes.

Podemos concluir que é possível sim e necessário se pensar em desenvolvimento local mesmo em um contexto de globalização, pois, o local, sendo signo do global, ao se desenvolver, poderá levar a um efeito multiplicador que irá beneficiar globalmente.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, F. Desenvolvimento econômico Local e Distribuição do Progresso Técnico. Fortaleza, 1998 p. 92.

ARRIGHI, G. O longo século XX. Contraponto, Rio de Janeiro, Editora Unesp, São Paulo, 1996.

BARONI, M. “Ambigüidades e deficiências de desenvolvimento local, a capacitação e o paradigma da gestão participativa – o caso dos pólos de desenvolvimento integrado do Nordeste.” s/d, mimeo.

BRITO, L. “Desenvolvimento Local – O olhar sociológico”.1999.

COELHO, F. D. “Reorganização do território e desenvolvimento Local.” In: Proposta. Rio de Janeiro, Fase, V. 23, n.º 65, junho 1995.

CRESPO, S. “Desenvolvimento Sustentável: as ONG’s devem se engajar na elaboração das Agendas 21 Locais.” In: Proposta. Rio de Janeiro, Fase, V. 27, n.º 77, Jun./Ago. 1998.

FIORI, J.L. De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, J.L. Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, Editora Vozes, 1999, p.15.

FRANCO, A. “ Por que precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.” In: Século XXI- uma revista de futuro- Instituto de política.

FUKUYAMA,F. O último dia e o fim da história. 1989.

HARVEY, D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Loyola, 1994.

HIRATA, H. Sobre o “modelo” japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. São Paulo, Editora USP,1993, p. 79-81.

MARTIN,H. P. & SCHUMANN,H. A armadilha da globalização: o assalto à democracia e ao bem-estar social. São Paulo, Globo, 1998.

MORAES NETO,B. R. Marx, Taylor e Ford. São Paulo, Brasiliense,1989.

PARENTE,S. ZAPATA, T. Parceria e articulação institucional para o desenvolvimento local integrado e sustentado. Recife : Projeto Banco do Nordeste/PNDU, 1998. p.63. Série de cadernos técnicos, nº 4.

SZMRECSÁNYI, T (organizador). Keynes. 1978.

SANTOS, M. “A aceleração contemporâneo: tempo e espaço Mundo”. In: Fim de século e globalização. ANPUR (associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional). São Paulo, s/d p. 15-22.